

Economistas apóiam controle de capital

Única divergência é se restrições devem ser na entrada ou na saída de recursos

Marcílio Aguiar e
Andréa Dunningham

• O controle do fluxo de capitais externos, assunto proibido no debate econômico até o ano passado, acabou se transformando no grande tema das discussões de ontem no segundo dia do XI Fórum Nacional. A adoção de medidas que limitem a livre entrada e saída de capitais deixou de ser tabu e se tornou consenso no debate de ontem, que reuniu economistas de tendências tão diferentes como Paulo Nogueira Batista Júnior, Affonso Celso Pastore, Marcílio Moreira e Reinaldo Gonçalves. O debate acabou ficando em torno do modelo a ser adotado, com restrições na entrada ou na saída de capitais do país.

O primeiro a levantar o assunto, que não estava sequer na pauta original do painel, foi Paulo Nogueira. O economista afirmou que o país está muito frágil diante da rápida movimentação dos capitais e, por isso, não pode esperar até que as principais economias do mundo decidam adotar controles e autorizem os países periféricos — como o Brasil — a só então segui-las.

— Isso já gerou transtornos grandes demais nos anos 90, na periferia do sistema. Até os países que patrocinaram a liberalização já falam em controlar os fluxos — afirmou Paulo Nogueira.

O controle, segundo ele, poderia ser na entrada ou na saída de capitais, desde que haja regras claras, constantes e anunciadas

com antecedência, para não surpreender investidores.

O ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore destacou que o país já pratica uma forma de controle do fluxo de capitais, por meio de tributação sobre a entrada de dinheiro do exterior. Controlar o fluxo na saída dos capitais, como fez a Malásia, segundo ele, é contraproducente. Isso foi possível na Malásia porque o país tem superávit em conta corrente e não precisa de capital externo para se financiar.

— Controle na saída de capitais inibe o fluxo de entrada. Se o país enveredar pelo caminho da Malásia vai ficar em situação incontrolável — disse Pastore.

Marcílio defende controle de capitais na entrada

O ex-ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira reforçou que o Brasil precisa de um sistema de disciplina de capitais, mas somente na hora em que o capital entra no país — nunca na saída.

Já o economista Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, foi mais radical e disse que o Brasil cometeu um erro estratégico na abertura da economia, seja do ponto de vista comercial ou de fluxo de capitais.

— Não faz sentido falar em taxa de câmbio de equilíbrio em um país no qual o nível de oferta e de demanda por dólares é tão instável — afirmou Gonçalves.

À tarde, quando o Fórum se propôs a debater alternativas para tornar o sistema financeiro mundial menos instável, o con-

trole dos fluxos de capital apareceu novamente como o assunto principal. Na avaliação do economista Jan A. Kregel, professor da Universidade de Bolonha, na Itália, e consultor da Unctad (organismo da ONU para o comércio e desenvolvimento), os fluxos livres são incompatíveis com o desenvolvimento e a estabilidade dos países e por esta razão, a instituição vem recomendando a adoção de controles diversos para o capital de curto prazo.

Barry Eichengreen, professor da Universidade de Berkeley, foi mais direto: sugeriu que todos os países em desenvolvimento tributem os fluxos de capital até que suas economias fiquem fortalecidas. A idéia teve eco até no setor privado. O ex-presidente do Banco Central Francisco Gros, hoje no Morgan Stanley, também admitiu algum controle, mas ressaltou que não se pode aumentar os custos da intermediação financeira, pois isto provocaria uma fuga de capitais.

O diretor do Banco Mundial Uri Dadush ponderou que fazer o ajuste de suas contas continua sendo a melhor alternativa para países evitarem se tornar alvos de futuras crises.

Durante o Fórum, os economistas também defenderam uma reformulação para o Fundo Monetário Internacional. Segundo Eichengreen, o FMI deveria tornar-se mais independente de seus países membros e reestruturar as dívidas de vários países, já que muitas são impagáveis. ■